

Ajuste fiscal tem vários pontos indefinidos

Depois de 50 dias trabalhando no programa de ajuste fiscal, a equipe econômica do governo apresentou um texto que deixou uma série de dúvidas. A área tributária é a que ficou com mais pontos de interrogação, mas também faltaram definições políticas, como o detalhamento dos cortes, a definição das leis que vão regulamentar a reforma administrativa e o que terá na lei de finanças públicas.

Da forma como está definido o aumento da alíquota da Cofins, por exemplo, é impraticável qualquer cálculo preciso do quanto empresas e bancos terão de pagar a mais.

O aumento de um ponto percentual pode ser compensado pelo Imposto de Renda (IR), mas não está definido em qual período de apuração: mensal ou anual. As empresas recolhem o IR mensalmente e, em

Área tributária é a com mais interrogações, mas também falta detalhamento dos cortes

Teresa Navarro e Marta Watanabe, de São Paulo

alguns casos, fazem o ajuste no final do ano. A dúvida é se a compensação vai ser feita só no ajuste.

Pedro César da Silva, da Assercon Consultoria, diz que o principal problema está nas empresas que têm prejuízo. "Também não ficou claro se elas poderão guardar o crédito da Cofins para compensar quando tiverem lucro". As dúvidas são ainda maiores em relação aos bancos. Eles passarão a pagar a Cofins e deverão ser compensados não se sabe de que forma com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Hoje, as instituições financeiras pagam 18% de CSLL, em vez de 8% como as demais empresas, exatamente por-

que não pagam Cofins. Compensar pode significar que o governo vai reduzir a CSLL ou vai permitir a dedução da Cofins no cálculo da contribuição sobre o lucro. A cobrança de Cofins dos bancos ainda corre o risco de não dar certo. "Já tentaram antes e desistiram, porque não conseguiram definir o que é o faturamento de um banco", diz Isabel Bertoletti, da Machado Associados.

A transformação dos depósitos judiciais em receita é outro ponto dubio. Hoje as empresas depositam em juízo o valor correspondente ao tributo que estão contestando para ter a garantia de que o dinheiro será retirado assim que ganhar a ação.



Isabel Bertoletti

Ao virar receita, o dinheiro deixa de ter carimbo, ou destinação certa. A partir daí só poderá sair dos cofres do governo como despesa. O que significa estar previsto no Orçamento. Se a empresa ganhar a ação em

março, por exemplo, terá que esperar a elaboração do próximo Orçamento para que o governo faça a previsão de pagá-la. A retirada dos valores, hoje imediata, passaria a demorar no mínimo nove meses. Isso se o governo quiser fazer o pagamento logo em janeiro, o que ele não é obrigado. O ministro Pedro Malan disse que o dinheiro estará disponível, só não explicou como.

Essas dúvidas, no entanto, podem ser resolvidas com trabalho técnico. Já as indefinições políticas acabam comprometendo o próprio sucesso do programa fiscal. O mercado está esperando um detalhamento rápido do Orçamento de 1999, onde aparecerão os cortes; das leis que regulamentam a reforma administrativa e da lei de finanças públicas. "Se em uma semana não for apresentada a propostas de regulamentação da re-

forma, o programa começa a ter sua credibilidade arranhada", diz Aداuto Lima, economista do Lloyds. É com essas leis que o governo pretende dar instrumentos para os estados cortarem gastos com o pagamento de funcionários.

O mercado quer saber também quanto o governo vai projetar de arrecadação no próximo ano, para ter certeza que os cortes não serão virtuais. "A projeção de receita deverá levar em conta a recessão econômica, se ela for muito acima da realidade, significa que o governo vai gastar mais do que ganha".

O problema das indefinições é que o governo não recupera a credibilidade, o que significa perder em média US\$ 500 milhões por dia. Ao contrário do que dizia o governo e até mesmo os economistas: o tempo não joga mais a nosso favor.